

A CRISE DO PODER ESTATAL E A REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO

Euler David de Siqueira¹

RESUMO: Nas sociedades capitalistas avançadas, classificadas por Claus Offe como tardo-capitalistas ou de capitalismo tardio, verifica-se uma contradição estrutural entre as lógicas voltadas à valorização do capital e aos processos do sistema político-administrativo. O crescimento continuado das taxas de trabalho em serviços, trabalho produtor de valores de uso ou trabalho concreto, classificado usualmente como trabalho improdutivo de mais-valia nas sociedades capitalistas avançadas, de acordo com Claus Offe, se torna cada vez mais uma condição estrutural para que uma parte da força de trabalho possa ser convertida à produção de valores de troca/trabalho abstrato ou à forma social mercadoria. Segundo a análise offeana do crescimento dos sistemas político-administrativos das sociedades de capitalismo tardio, ao organizar uma parte da força de trabalho marginalmente ao trabalho assalariado, é preciso que uma parte dela não esteja submetida às relações de troca capitalistas. Nesse sentido, para que o processo ou a lógica da valorização do capital possa seguir sem percalços, torna-se imperioso recolher do mercado, de maneira administrativa, parte da força de trabalho das relações de troca capitalista voltadas à forma social mercadoria. Em poucas palavras, na conversão do trabalho concreto em trabalho abstrato, verifica-se uma tendência ao processo de desmercantilização de parte da força de trabalho social. Tal contradição entre as duas lógicas, produtoras de valor de uso e de valor de troca, são insuperáveis, na perspectiva analítica de Offe, justamente pelo fato de tal contradição estar para além das consciências e das intenções dos agentes capitalistas individuais, assim como da coordenação desse processo.

Palavras-chave: trabalho em serviços, crises do estado capitalista e ingovernabilidade

THE CRISIS IN STATE POWER AND THE REPRODUCTION OF CAPITALISM

ABSTRACT: In advanced capitalist societies, classified by Claus Offe as tardy-capitalists, one verifies a structural contradiction among the logics concerning valorization of capital and the processes of the public-administration system. The continuous increase of work taxes in services, use values-producing work, or concrete work, usually classified as unproductive work of higher value in advanced capitalist societies, according to Claus Offe, increasingly becomes a structural condition so that part of the work force may be converted into production of abstract trade/work values or into the merchandise social form. According to the Offean analysis on the growth of political-administrative systems in societies of tardy-capitalism, when organizing a portion of the work force marginally to waged-work, it becomes necessary that a part of the work force does not undergo capitalist trade relations. In that sense, so that the process or logic of capital valorization becomes able to keep going on without further adversities, it becomes necessary to collect back from the market, in an administrative manner, part of the work force of the relations of capitalist trade which have their eyes turned to the merchandise social form. In short, in the conversion process of concrete work into abstract work, one verifies a trend in the de-merchandising process of part of the work force. Such contradiction between both logics, producers of use value and trade value, are insolvable, in Offe's analytical perspective, due exactly to the fact that such contradiction is way beyond the conscience and intentions of the individual capitalist agents, as well as that of the coordination of this process.

Key words: work in a job, crises of capitalist state, non-governability

1 INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, a grande parte dos analistas sociais identifica o período que vai do final da década de 1960 até a segunda metade da década de 1970 como um período em que uma série de fenômenos sociais complexos começa a se manifestar mais intensamente nos sistemas sociais globais. São transformações profundas e

estruturais no mundo do trabalho, nas relações de poder, na educação, na economia, assim como nos modelos de produção e acumulação capitalista.

Desde o começo dos anos 1970, inúmeros Estados capitalistas avançados vêm desenvolvendo um conjunto relativamente homogêneo de políticas públicas, tentando dar conta do problema estrutural da crise da ingovernabilidade, também chamada de crise do poder estatal. Na

¹ Professor Adjunto da Universidade Federal de Lavras – UFLA, Doutor em Sociologia. euler@ufla.br

tentativa de solucionar alguns de seus problemas estruturais, muitos desses Estados empreenderam um conjunto de políticas genericamente classificadas como processos de privatização ou desestatização, acreditando poder resolver alguns desses impasses. As ações desencadeadas pelos Estados são mais conhecidas em determinados meios como neoliberalismo ou pós-neoliberalismo.

Entre os cientistas sociais que se debruçam sobre esse conjunto de mudanças sociais contemporâneas, Claus Offe é um dos principais pensadores a refletir sobre a importância do crescimento, do desenvolvimento e da natureza de estruturas sociais - como a do trabalho em serviços - nas sociedades capitalistas avançadas. A teoria do Estado capitalista e as políticas estatais constituem-se no conjunto de relações funcionais privilegiadas das investigações de Offe. Dentre alguns de seus principais argumentos está o de que nas sociedades capitalistas maduras, as instituições e órgãos do sistema político-administrativo adquirem uma importância sem precedente na história do Ocidente para a mediação do processo de valorização e acumulação do capital. Nas análises dos sistemas sociais ocidentais altamente desenvolvidos ganham destaque os conceitos de capitalismo maduro ou ainda tardo-capitalismo. O conceito de sociedade capitalista madura é usado por Offe como alternativa às categorias de análise clássicas do tipo sociedades pós-industrial, da informação e do terciário. Offe se propõe a ir além das categorias usuais que classificam o desenvolvimento das sociedades a partir do maior peso de cada um dos três setores da economia (primário, secundário e terciário), lançando, para isso, as bases de uma nova conceitualização do papel do trabalho em serviços nessas sociedades.

Esse artigo procura esposar a teoria do Estado capitalista desenvolvida por Claus Offe na tentativa de explicar e compreender uma série de novos fenômenos pelos quais passam os Estados e as sociedades capitalistas desenvolvidas a fim de contornar seus problemas estruturais. O artigo procura, ainda, explicitar a limitação dessas tentativas.

2 O ESTADO E A REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO

O papel representado pelos Estados na reprodução do capitalismo mereceu as atenções de economistas, sociólogos e cientistas políticos. Marx, Weber e Durkheim pensaram, cada um segundo seus pressupostos teóricos, epistemo-

lógicos e metodológicos, explicitar as algumas dessas relações, chegando, contudo, a diferentes conclusões².

De acordo com Adam Przeworsky (1995), as análises de Offe e Habermas sobre a reprodução do sistema capitalista liberal e competitivo concordam em parte com as de Marx. No entanto, ambas vão muito além da análise marxiana de que o Estado estaria somente a serviço dos interesses da classe burguesa. Uma das conclusões sobre o fim do capitalismo liberal-competitivo regulado pelo mercado é a de que a teoria marxiana não se mostraria mais reveladora e suficientemente flexível para analisar o capitalismo contemporâneo regulado e administrado pelo Estado. Em poucas palavras, uma teoria do conflito de classes não pode ser mais entendida única e simplesmente como a contradição clássica entre capital e exploração da força de trabalho. É o próprio conceito de classe que precisa ser revisto, assim como a própria racionalidade do

² Nos clássicos, há, pelo menos, três possíveis explicações para o advento do capitalismo. Para Max Weber, um individualista metodológico, há uma conexão de causalidade entre a ação ascética do protestante calvinista no mundo e o surgimento do capitalismo moderno no Ocidente. Contudo, Weber não rejeita outras possíveis ações sociais, entre elas as causas econômicas, como condicionantes no surgimento do capitalismo. O que Weber rejeita é a redução do capitalismo, como fenômeno cultural complexo, a apenas uma causa, notadamente a econômica. Veja mais sobre a perspectiva de análise weberiana do capitalismo moderno em "*A Ética protestante e o espírito capitalista*". Para Durkheim, o crescimento populacional aumentaria a densidade social. O resultado seria uma maior divisão social do trabalho e, conseqüentemente, a especialização dos indivíduos, que ele chamou de Individualismo Moral. Somente por uma nova forma de solidariedade social, designada de solidariedade orgânica, ao contrário da noção de solidariedade mecânica - típica das sociedades tradicionais e "arcaicas" - seria possível evitar que os sistemas sociais complexos entrassem em colapso em momentos de ausência de regramento moral mais conhecidos sob o nome de anomia. Veja mais sobre a noção de integração social e de solidariedade orgânica de Durkheim em "*A divisão do trabalho social*". Já para Karl Marx, a luta de classes seria o próprio motor da história, capaz de acarretar mudanças sociais revolucionárias, notadamente nas sociedades capitalistas industriais mais avançadas. Sujeito histórico por excelência em Marx, caberia ao proletariado a tarefa de produzir mudanças e transformações sociais radicais até a forma socialista. Veja mais acerca da teoria do materialismo histórico e dialético de Marx em "*A Ideologia Alemã*" e "*O manifesto do partido comunista*", escrito conjuntamente com Friedrich Engels.

trabalho produtor de valor de troca como determinante fundamental das identidades sociais, assinala Offe (1984a, 1992).

No capitalismo dito competitivo e do Estado liberal do século XIX, a acumulação e a legitimidade, uma vez que sejam universais e competitivas, funcionariam sem maiores problemas³. Ao competir individualmente no mercado de trabalho, os trabalhadores manteriam seus salários ao nível de subsistência, a taxa de lucro dos capitalistas não seria afetada a ponto de interromper a acumulação que, dessa forma, transcorreria sem obstáculos. O processo de acumulação do capital seria justificado e legitimado como um subproduto das trocas mercantis entre equivalentes: força de trabalho e dinheiro. A acumulação ocorre em bases capitalistas, à medida em que as unidades proprietárias de valores conseguem efetuar suas trocas, alocando-as em bases privadas no mercado. O sucesso ou o fracasso no mercado no capitalismo liberal era reconhecido mais como um problema do proprietário da mercadoria e do funcionamento impessoal do mecanismo de alocação e distribuição do mercado⁴ do que como o resultado da intervenção estatal ou dos interesses dos agentes privados.

Desde então, algo mudou profundamente. Ao longo das primeiras décadas do século XX, sobretudo após a 2ª Guerra, por meio do crescente controle político do Estado, a alocação de recursos econômicos passou a ser determinada principalmente a partir do funcionamento de decisões do sistema político-administrativo. Os salários passaram a ser definidos com base nessa estrutura, ou

seja, deixaram de ser determinados pelo mercado, pelo critério de troca justa entre equivalentes, passando a ser definidos pelos conflitos políticos entre coletividades organizadas, filtradas e selecionadas por organizações, como sindicatos, partidos políticos e parlamentos, que adentraram ao Estado por meio do sistema representativo-democrático. Finalmente, o mercado perde sua capacidade de auto-legitimação. O capitalismo se torna, cada vez mais, organizado tanto administrativamente, quanto politicamente, pela racionalidade produtora de valor de uso, de trabalho concreto e consumidora de mais-valia aos olhos dos capitalistas individuais.

3 A DESMERCANTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E DA MERCADORIA

Offe e Ronge (1984) explicitam os problemas estruturais do Estado capitalista a partir do ponto em que não é mais possível manter latente a contradição⁵ estrutural segundo a qual é assegurada a complementaridade funcional entre as lógicas administrativas, produtoras de valor de uso, de utilidades concretas - não destinadas à venda de forma capitalista - e aquelas voltadas à lógica da valorização do capital, baseadas no valor de troca. Em outras palavras, nas sociedades denominadas por Offe como de capitalismo maduro, o equilíbrio funcional entre as lógicas e estratégias administrativas - voltadas à mediação do processo de valorização do capital - não consegue ser mantido em estado latente⁶, tornando-se manifesto em algum momento:

³ Isso não quer dizer que o Estado não desempenhasse nenhum papel na reprodução do capitalismo nesse período e de que não tivesse de alocar parte da força de trabalho desvinculada da forma-mercadoria para isso em espaços sociais alternativos ao mercado de trabalho. De acordo com Offe (1984c), o Estado estava presente desde seu início na reprodução do capitalismo, ainda que nas sociedades capitalistas tardias ele efetivamente assumia um papel de maior concretude.

⁴ O mercado conseguia satisfatoriamente dar conta de sua dupla função binária: distribuir a riqueza social e alocar a força de trabalho segundo o princípio de que havia justiça nas trocas mediadas pelo mercado. Dessa forma, a acumulação prosseguia continuamente e o mercado se auto-legitimava. Os investidores privados, no entanto, ainda mantinham o controle sobre a capacidade privada de alocar seus investimentos, meios de produção e seus capitais sem a intervenção e a direção do Estado. O capitalismo era, nesse momento histórico, um pouco mais desorganizado, o Estado interferia e dirigia pouco a economia.

⁵ O crescimento relativamente maior do setor terciário nas sociedades tardo-capitalistas em relação ao setor secundário pode ser explicado principalmente a partir do crescimento das funções sociais do sistema político-administrativo que são organizadas externamente à forma-mercadoria, ou, então, como relações capitalistas voltadas reflexivamente ao processo de valorização e acumulação capitalista. No momento em que o Estado capitalista do tipo tardio aumenta sua área de intervenção e integração, passa a assumir múltiplas funções, ao mesmo tempo em que coloca a sua própria existência em perigo, assim como a de dois de seus principais subsistemas, o econômico e político-legitimatório.

⁶ Ao longo do século XIX, o Estado liberal conseguiu manter adequadamente em estado latente a ruptura estrutural entre as esferas socializadas sob a forma-mercadoria ou capitalistas, e as formas socializadas desvinculadas à forma-mercadoria ou não-capitalistas. Essa contradição pôde ser mantida em estado latente devido ao pouco desenvolvimento das esferas e funções que o Estado liberal era chamado a desenvolver naquele momento.

- O ponto central da argumentação a seguir é o fato de que o sistema do capitalismo tardio não está em condições de manter em estado latente a ruptura estrutural entre as áreas e processos orientados administrativamente e os orientados pelo processo de valorização do capital (OFFE, 1984b, p.189).

Nas palavras do autor, “A realização não-capitalista de funções de complementaridade (como, por exemplo, a função de gerar e sancionar as regras para disciplinar a relação jurídica entre proprietários de mercadorias) é, portanto, indispensável por causa de uma limitação básica do capital” (1984b, p.185). Essa limitação estrutural e insuperável é a de que o capitalismo não é capaz de produzir os pré-requisitos sociais e culturais de sua própria existência, assim como não é capaz de assegurar a manutenção do próprio sistema. Em outras palavras, o capitalismo não pode produzir, ele mesmo, as condições de sua existência nem de sua manutenção sem produzir contradições que levem o sistema à ameaça permanente de autodestruição.

Nas sociedades capitalistas tardias, verifica-se uma tendência estrutural permanente à desmercantilização de parte da força de trabalho e do capital. Tanto os recursos produtivos, assim como a força de trabalho, tendem a ser retirados do mercado ou a ser submetidos a outros mecanismos e instituições sociais de trocas que não o da forma social mercadoria. As unidades de valor, leia-se trabalhadores, não conseguiriam realizar as trocas com base no funcionamento do próprio mercado.

Para que os proprietários da mercadoria força de trabalho possam efetivar as trocas no mercado de trabalho e assegurar o próprio processo de acumulação, o Estado tem de gastar parte de seus recursos materiais com as unidades que não encontram – e não devem encontrar – possibilidades de trocas no mercado. O crescimento do Estado previdenciário do bem-estar social seria uma dessas várias formas de retirar ou remover parte da força de trabalho das relações de troca mercantis, desmercantilizando-as. Essas ações têm como objetivo assegurar que a forma-mercadoria possa ser generalizada e universalizada aos demais membros da sociedade.

Além do aumento dos benefícios Assistencialistas providos pelo Estado previdenciário keynesiano (fornecidos aos afetados negativamente pelo funcionamento do mercado) e da criação de formas de reter durante o maior tempo

possível ou mesmo afastar determinadas categorias de cidadãos do mercado, criando posições estruturais alternativas⁷, as atividades e funções de coordenação e organização por parte do Estado acabam incorporando crescentemente parte da força de trabalho fora das relações de troca capitalistas baseadas no processo de valorização da mercadoria. Em grande parte, essa relação torna-se evidente a partir da constatação do crescimento do trabalho burocrático em função do aumento das ações concretas do Estado e dos quadros de funcionários nos serviços internos às organizações privadas.

É precisamente por meio da organização de parte da força de trabalho de uma sociedade (em grande parte desmercantilizada) que outra parte da força de trabalho pode ser submetida a relações capitalistas baseadas na forma social mercadoria. As relações de troca capitalistas são justamente reafirmadas, generalizadas e universalizadas à medida em que se organizam outras partes da força de trabalho fora dessas mesmas relações de troca capitalistas. Para que o capitalismo possa se reproduzir, parte da força de trabalho social tem de ser socializada fora do quadro das relações monetarizadas. Mas esse processo tem um limite.

Quando parte da força de trabalho e do capital é retirada do mercado, em função da tendência permanente estrutural à desmercantilização, o processo de acumulação capitalista não ocorre mais de forma contínua, pelo menos não nos moldes do capitalismo liberal. Por sua vez, a legitimação também é ameaçada. Como resultado dessas duas condições, o Estado é privado de dois de seus principais pré-requisitos funcionais: legitimação sob a forma de apoio popular e recursos financeiros. É preciso deixar claro que a tendência estrutural à desmercantilização da força de trabalho ocorre em função

⁷Em pelo menos três níveis observa-se a manifestação do fenômeno da desmercantilização da força de trabalho: 1 – determinados grupos sociais, como estudantes, aposentados, e donas de casa são recolhidos da esfera de trocas vinculadas à forma-mercadoria; 2 – o crescimento da parcela do trabalho concreto, sendo caracterizado genericamente como trabalho improdutivo de valor de troca, tanto do aparelho burocrático, quanto os serviços internos às organizações voltadas reflexivamente ao processo de valorização de mercadorias; 3 – o setor de produção de infraestrutura, uma espécie de categoria residual onde se colocam todas as demais atividades, como a produção de bens e funções que, ainda que sejam pré-requisitos para o processo de valorização do capital, não são rentáveis, nem produzidos por outros mecanismos sociais.

do próprio desenrolar do sistema econômico⁸, assim como do sistema político-administrativo.

4 O ESTADO CAPITALISTA COMO CONTRAPODER À LÓGICA DOS CAPITAIS PARTICULARES

Diante da ótica dos investidores privados individuais, o aumento do trabalho social concreto sob a forma de valores de uso, cujo aumento do trabalho burocrático estatal é uma das expressões, mas também o trabalho em serviços internos nas organizações – classificado como trabalho improdutivo, consumidor de mais-valia – é entendido como uma fonte consumidora parasitária do trabalho produtivo de mais-valia. Os capitalistas individuais, cuja lógica está voltada à autovalorização de seus capitais, não são capazes de produzir as condições ou os pré-requisitos que assegurem a generalização e a universalização da forma-mercadoria⁹. À medida em que o Estado age como capitalista global ideal, isto é, perseguindo metas globais indispensáveis à estratégia da valorização do capital, ele se institui

⁸ O próprio funcionamento do mercado, ao gerar hiatos funcionais, cria uma tendência estrutural à desmercantilização das relações de troca capitalistas. Isso evidencia que o sistema capitalista não é capaz de produzir as condições de sua própria existência autonomamente. Deixado ao sabor de suas próprias forças, o capitalismo, segundo Offe, Habermas e Przeworsky, além de outros autores, entraria em colapso e sucumbiria em função de sua própria lógica. Conforme reiteram Offe e Ronge: "a dinâmica do desenvolvimento capitalista apresenta, historicamente e empiricamente, uma tendência permanente à paralisação da "viabilidade do mercado" dos valores, ou seja, à interrupção das relações de troca. As unidades de valor perdem sua forma-mercadoria no momento em que procuram e não encontram possibilidades de troca contra outras mercadorias (ou seja, contra dinheiro)" (OFFE; RONGE, 1984, p.126).

⁹ Offe admite que o processo de mediação produzido pela estratégia administrativa estatal com vistas a garantir a forma-mercadoria e o próprio processo de acumulação capitalista não é um processo conscientemente planejado e dirigido. Trata-se mais de uma necessidade funcional do próprio sistema do que propriamente uma estratégia deliberada, consciente e planejada. Isso evidenciaria a contradição intrínseca do sistema, caracterizando um desenvolvimento autodestrutivo. Conforme Offe e Ronge, a ruptura estrutural entre as estratégias administrativa e capitalista, complementares e interdependentes, não poderia ser mantida, pois "os esforços políticos reiterados com vistas à manutenção da forma-mercadoria fazem crescer aqueles ramos da produção estatal que, segundo sua organização interna e segundo seu efeito de distribuição, estão fora do âmbito da forma-mercadoria" (OFFE, RONGE, 1984, p.135).

como um contrapoder em relação aos capitais particulares. Há um sério problema quando os capitalistas individuais interpretam o papel do Estado como capitalista global ideal. Eles tendem a vê-lo como um limite do escopo de suas ações, não tardando a agir tentando escapar a toda e qualquer política regulatória estatal.

À medida em que as unidades individuais do capital – não conscientes da centralidade do crescimento do volume do trabalho em serviços – tentam reduzir a parte do trabalho voltada à produção de valores de uso, trabalho concreto, ou então tentam submetê-las e direcioná-las para o aumento da produtividade e da extração da mais-valia da esfera do trabalho social assalariado, o capitalismo revela a sua tendência inexorável à autodestruição¹⁰. Essa tendência pode ser verificada a partir de uma contradição estrutural "entre a extensão inconsciente (de fato, para além das intenções) das relações de interdependência dentro do processo de socialização, por um lado, e, por outro, a falta de uma organização e de um planejamento desse processo" (ZINGARELLI apud OFFE, 1999, p.300). Contudo, Offe argumenta que a tendência estrutural intrínseca à autodestruição do capital poderia ser auto-regulada por pelo menos três mecanismos que:

- operam em três níveis fundamentais: o da organização das unidades produtivas, chamado a garantir a sobrevivência do capital particular; o do desenvolvimento institucionalizado da ciência e da técnica, voltado para assegurar a sobrevivência do capital global e o da regulação das funções do poder político, indispensável para a manutenção da estrutura global, política, econômica e social, do capitalismo, determinada pela valorização do capital (ZINGARELLI, 1999, p.300).

Em todos esses mecanismos de auto-regulação há, de alguma forma, uma relação de complementaridade assegurada a partir da combinação de elementos formais capitalistas e não-capitalistas, seja com o trabalho em serviços no interior das organizações voltadas à produção de mercadorias, seja com o trabalho de pesquisa e ciência, assim como as estratégias de recolhimento e prevenção de esferas sociais extraterritoriais ao processo de valorização do capital. À complementaridade funcional entre o sistema econômico e o sistema político do Estado cujo elo

¹⁰ Em grande medida, a terceirização é uma das formas de aumentar a produtividade do trabalho em serviços.

é a forma-mercadoria, deve respeitar o limite do sistema de valorização do capital. A medida em que o Estado tiver que interferir politicamente no mercado, a fim de produzir as condições da acumulação continuada, ele se depara com os objetivos empíricos dos capitais individuais e com os objetivos funcionais do capital global. Além disso, se depara com o problema colocado pelo conjunto de direitos do sistema democrático que abre caminho às reivindicações, colocando em risco a complementaridade funcional entre o sistema político e a sociedade capitalista. Como o Estado fará para manter determinadas partes, grupos ou segmentos da sociedade fora do alcance das trocas mediadas por dinheiro? Este parece ser um dos principais desafios das pesquisas nessa área.

Para Offe (1984b), mais importante do que submeter crescentemente determinados contingentes da força de trabalho às condições de trocas monetarizadas, é evitar que elas possam se refugiar em esferas e âmbitos de vida desmercantilizados autonomamente. O mais importante para o processo de valorização e acumulação capitalista, portanto, é evitar que determinadas estruturas sejam submetidas ao processo de valorização, o que acionaria ainda mais a produção de valor de uso e de trabalho concreto, acirrando as contradições estruturais de complementaridade funcional. Outro nível de contradição se daria, agora, entre os interesses do capitalismo global - capaz de manter latente a fissura entre as duas formas de socialização da força de trabalho – e a forma como os recursos do Estado do bem-estar social possam ser usados legitimamente pelos cidadãos. Portanto, segundo Offe:

- coloca-se a questão de como evitar a contradição, agora sempre possível, entre o interesse objetivo global do capital, por um lado, e o uso dos direitos políticos democrático-burgueses e as reivindicações feitas pela massa dos cidadãos, por outro. Verifica-se que as condições da industrialização capitalista, produzidas pela ação organizacional do Estado, não podem surgir sem os corretivos do desdobramento pluralista e democrático do poder; mas que é perfeitamente possível que a dinâmica do processo político da competição partidária, liberada dos seus entraves, se movimente numa direção que, por sua vez, possa ter efeitos desestabilizadores (OFFE, 1984b, p.186).

Como capitalista global ideal, o Estado, além de se contrapor aos interesses dos capitais particulares, também se contrapõe aos interesses privados dos cidadãos, que, organizados sob a forma de partidos políticos, associações, ou sindicatos, adentram à esfera do Estado aumentando a demanda por produção de valores de uso sob a forma de serviços.

É o cidadão, define Offe (1984b), quem pode ou não ser deslocado para o mercado de trabalho¹¹. A lealdade da massa de cidadãos em um sistema universalista democrático deve ser assegurada no interior do arcabouço democrático de formação da vontade política. Nesse sentido, o sistema democrático partidário competitivo assume um destaque central em sua teoria. Para realizar seus objetivos e interesses, o Estado necessita da produção e da valorização capitalista; depende das decisões de investimentos privados dos capitais individuais. Dessa forma, o Estado é dependente da satisfação dos interesses dos investidores privados, única forma de poder realizar seus objetivos. Enquanto o grau de concretude das ações do Estado permanecer baixo, parece não haver grandes problemas em conciliar de forma complementar os interesses empíricos dos capitais individuais e do capital global. As ações estatais procuram, a todo instante, produzir o consenso acerca “*da carga financeira, os efeitos sobre o emprego, incentivos, compensações, preços e impostos, problemas de distribuição regionais, etc.*” (OFFE, 1984b, p.188). Portanto, quanto mais concreta for uma política, maiores são os conflitos e as polarizações desencadeadas por ela. O problema consiste em saber se o conflito produzido pelas políticas estatais conseguirá ser suficientemente articulado e complementar ao processo de acumulação. Uma resposta positiva parece ser cada vez mais difícil de ser obtida.

¹¹ A partir do momento em que o Estado tenta recompor ou reconstruir esferas e espaços sociais vitais reprodutores de identidades individuais e coletivas sob a forma de um Estado previdenciário do bem-estar social, entra em contradição com o funcionamento do sistema econômico capitalista. Por outro lado, a universalização dos direitos sociais e políticos colocou frente a frente o problema da democracia formal e material. Todos têm direito a uma gama de serviços estatais, mas o Estado não pode atender a todos os cidadãos. As relações políticas, portanto, sofrem um processo de complexificação nesse sentido. Com a crise do Estado do bem-estar social, o próprio capitalismo passa a enfrentar o problema de sua própria legitimação. Ou seja, da crise de sua autoridade, assim como de direção e desempenho.

5 ENTRE A DESMERCANTILIZAÇÃO E A REMERCANTILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Crítico da lógica instrumentalista e finalística subjacente ao capitalismo, para Jürgen Habermas (1984) o Estado social produz políticas públicas voltadas aos afetados negativamente pelo funcionamento do mercado, além de ser um agente complementar dos processos de acumulação e legitimação. Offe (1984b) vai além dessa perspectiva ao propor que o Estado deve combater a tendência estrutural à desmercantilização e, desse modo, à própria autodestruição do sistema capitalista, com estratégias denominadas genericamente de remercantilização administrativa¹².

Analisando o Estado capitalista¹³ e suas políticas, Offe irá caracterizar toda política social estatal como empenhada em “*resolver o problema de transformação duradoura do trabalho não-*

assalariado em trabalho assalariado” (OFFE; LENHARDT, 1984, p.15). De acordo com Offe Lenhardt, ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, os âmbitos de vida tradicionais, sobretudo as esferas domésticas e familiares, são destruídos tanto de forma passiva quanto ativa¹⁴ pelo funcionamento dos sistemas econômico e político-administrativos. Esses espaços sociais de subsistência, reprodução e socialização, ao serem destruídos, liberam parte da força de trabalho social dos vínculos ético-morais e culturais que os conformavam. No período pré-industrial, havia diversas instituições sociais autônomas e externas ao mercado econômico cuja função era a de dar conta da socialização ampla da força de trabalho social. Contemporaneamente, cabe ao Estado dar conta desses processos de proletarianização da força de trabalho, integrando-a nas relações de mercado de forma duradoura e estável.

A força de trabalho liberada dos âmbitos de vida e socialização alternativos, autônomos e externos ao mercado precisa ser suficientemente submetida a pressões de motivação moral, ética, simbólica e cultural para estar propensa a assumir relações de trabalho do tipo assalariado. Por si só, nem os indivíduos, nem o capitalismo, seriam capazes de produzir as motivações ético-morais gerais capazes de gerar a disposição dos atores sociais para ingressar como trabalhadores assalariados no mercado de trabalho. Segundo Offe e Lenhardt:

- a força de trabalho despossuída precisa estar disposta a oferecer sua capacidade de trabalho nos mercado como mercadoria e aceitar os riscos e as sobrecargas associadas a essa forma de existência como relativamente suportáveis; os trabalhadores precisam ter motivos culturais para se transformarem em trabalhadores assalariados (OFFE; LENHARDT, 1984, p.17).

¹²De acordo com Przerwosky (1995), as hipóteses de Offe na década de 70 não tiveram muita visibilidade nem impactos significativos à época. Contudo, se tornaram proféticas diante das políticas da maior parte dos Estados da Europa e dos EUA, em implementar políticas de remercantilização ou recomodificação de parte da força de trabalho na tentativa de buscar e manter o equilíbrio da acumulação a partir da forma-mercadoria.

¹³O Estado capitalista pode ser entendido como uma relação entre a forma institucional do poder público e a acumulação capitalista. O elo entre essas duas esferas seria a forma-mercadoria. Essa relação se fundamentaria em quatro determinações funcionais que seriam mais ou menos invariantes: 1 – o primado da produção privada, ou seja, o Estado não pode gerir politicamente a esfera das decisões privadas dos proprietários do capital; 2 – o Estado é dependente do processo de acumulação capitalista, através do qual retira (inputs) recursos sob a forma de impostos. 3 – o Estado deve assegurar politicamente as condições da acumulação e valorização do capital que não pode ser gerido privadamente por ele e do qual é dependente estrutural para a apropriação de impostos; 4 – o exercício democrático do poder público também é dependente do conjunto de regras do governo democrático-representativo. Todas as quatro determinações funcionais articulam-se para formar a política mais geral do Estado capitalista. Essas determinações funcionais têm de ser harmoniosamente combinadas. Seria somente a partir da inclusão de cada cidadão nas relações de troca que se poderia alcançar uma harmonia entre as quatro determinações funcionais, pois, “Enquanto cada proprietário conseguir introduzir a sua propriedade em relações de troca, não há razão para o Estado intervir no processo privado de alocação” (OFFE, RONGE, 1984, p.125).

¹⁴ A proletarianização passiva se diferencia da ativa na medida em que, na segunda forma, não há nenhum determinismo que faria com que os portadores de força de trabalho se dirigissem por si só e de forma automática para ingressar no mercado de trabalho como vendedores de força de trabalho. A integração da força de trabalho no mercado de trabalho não ocorre automática e espontaneamente por si só. E, mesmo que o Estado cumpra satisfatoriamente o papel de integrar a força de trabalho ao mercado, esse é um problema que se coloca renovadamente ao Estado.

A racionalidade determinante da produção de valor de troca, orientada a partir dos princípios de escassez e eficiência econômica, se choca com os princípios de regramento, controle e ordenamento sociais, morais e culturais que não são alocados, nem produzidos a partir daqueles dois princípios (OFFE, 1991a, p.23). À medida em que os espaços sociais concretos externos ao mercado são destruídos ou perdem a sua eficiência ordenadora e integradora, é preciso que o Estado intervenha produzindo determinadas condições motivacionais sócio-culturais estruturais para que parte da força de trabalho possa assumir a forma social mercadoria.

Nem todos os membros de uma sociedade podem estar ao mesmo tempo inseridos em relações de venda de sua força de trabalho sob a forma-mercadoria. Isso só seria possível caso determinadas condições infra-estruturais relacionadas à “*área da socialização, da saúde, da formação profissional e da assistência à velhice deixem de ser preenchidas*” (OFFE, LENHARDT, 1984, p.17). Uma vez que as condições sócio-estruturais¹⁵ acima não são produzidas por relações voltadas à valorização do capital, uma “*parte da força de trabalho fica por assim dizer dispensada da pressão de se vender, sendo consumida de outra forma que pela cessão em troca de dinheiro (como, por exemplo, o caso da dona-de-casa)*” (OFFE; LENHARDT, 1984, p.17). A produção e a organização estatal de determinadas condições capazes de assegurar a transformação continuada da força de trabalho em trabalho assalariado tem como núcleo central o bloqueio das condições alternativas de socialização da força de trabalho nos subsistemas externos ao mercado. Importa à lógica do processo de valorização do capital, sobretudo,

¹⁵ Os subsistemas sociais que asseguravam a socialização de parte da força de trabalho fora do mercado, como a Igreja, as instituições caritativas privadas, a família, assim como a reciprocidade, a redistribuição, a economicidade, etc., foram importantes, sobretudo na fase pré-industrial. Na fase industrial, esses sistemas sociais perdem a eficiência, ainda que não desapareçam totalmente, sendo substituídos por um conjunto de normas e regras políticas altamente formalizadas, cujo critério de decisão e escolha de se retirar ou não da forma-mercadoria não está mais nas mãos das decisões subjetivas dos indivíduos, mas nas do Estado. O Estado passa a deter um maior controle burocrático efetivo de quem realmente pode ou não pode adentrar ao mercado. Isso ocorreria devido à maior capacidade de controle dos critérios que definiriam a entrada e a saída do mercado segundo as regulamentações do sistema político.

impedir alternativas de socialização externas ao mercado. Caso os subsistemas de socialização alternativos constituíssem uma alternativa viável à reprodução e socialização pelo mercado, os trabalhadores poderiam escolher se refugiar nesses subsistemas, o que inviabilizaria a acumulação e a legitimação do capitalismo.

O Estado capitalista, em sua tentativa de buscar um equilíbrio funcional entre a oferta e a procura de força de trabalho, enfim, para produzir e reproduzir o próprio mercado de trabalho, dispõe de mecanismos capazes tanto de desmercantilizar, quanto de remercantilizar a força de trabalho. Mas, sua capacidade de controle parece ser bastante débil hoje em dia e isso se deve às suas próprias ações.

6 AS ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO DA CRISE DE DESEMPENHO DO ESTADO CAPITALISTA

Os processos de privatização de empresas estatais que tiveram lugar nas principais economias capitalistas, mais conhecidos como a reforma do Estado ou desestatização, são, em grande parte, o resultado da interpretação da crise da legitimidade da autoridade do Estado social pelas teorias liberais e neo-conservadoras¹⁶ (OFFE, LENHARDT, 1984). Segundo Offe e Lenhardt, haveria pelo menos três estratégias no interior da teoria liberal-conservadora para evitar que o desempenho e o poder de direção do Estado fossem bloqueados e que se instaurasse a crise sob a rubrica geral da ingovernabilidade. O primeiro grupo de estratégias tenta aliviar o Estado social das exigências e responsabilidades sociais recor-

¹⁶ Para as teorias neo-conservadoras da crise, os dispositivos institucionais do sistema político das democracias de massa são o foco gerador do problema da chamada ingovernabilidade, teorizada em grande parte no final das décadas de 1960 e 1970. Os dispositivos do sistema político, em que partidos políticos competem entre si em um ambiente de livre associação e de relativa liberdade de imprensa, produzem expectativas nos eleitores, confrontados com o Estado social como cidadãos-clientes. No sistema de competição partidária, as exigências dos eleitores seriam infladas ao máximo, enquanto o poder de direção e desempenho do Estado não possui capacidade para dar conta dessas expectativas. Essa relação permite que haja uma hipertrofia das responsabilidades atribuídas ao Estado, assim como um quadro de exigências que não podem ser atendidas por ele. Em função dessa hipertrofia das exigências, expectativas e responsabilidades imputadas ao Estado social, seu desempenho, assim como sua capacidade de direção seriam abaladas (OFFE, LENHARDT, 1984).

rendo à: 1 - transferência das exigências e expectativas dos cidadãos e eleitores às esferas extra políticas, localizadas em geral no âmbito das trocas monetarizadas capitalistas (ou seja, o cidadão é quem paga ou produz ele mesmo o serviço autonomamente); 2 - anulação ou neutralização das exigências nos espaços normativos em que são geradas, ou seja, em seus locais de origem (desarmam-se os mecanismos geradores de demandas e exigências por parte das políticas públicas); 3 - construção de mecanismos que filtrem e redirecionem as exigências dos eleitores (criam-se obstáculos às reivindicações dos Cidadãos).

Outro grupo de estratégias que o Estado social constrói para dar conta do problema da ingovernabilidade se refere ao aumento do seu poder de direcionamento e de desempenho, seja a partir de medidas administrativas, aumentando a participação do Estado no produto interno bruto, via aumento da participação dos impostos, seja através de medidas políticas, visando à constituição do consenso político em torno de quais exigência mereceriam ser ou não satisfeitas (OFFE, 1984c). Enquanto aumentam as expectativas dos eleitores frente ao Estado, inflacionadas pelo sistema partidário competitivo, diminui sua capacidade de direção e de desempenho¹⁷. Então, em um "momento não muito distante, chegar-se-ia ao bloqueio e à disposição quase total do poder organizado do Estado" (OFFE, 1984c, p.240).

¹⁷ Quando as expectativas dos cidadãos-eleitores não são satisfeitas, podem ocorrer explosões de movimentos sociais mais ou menos organizados fora dos moldes parlamentares convencionais. Os canais parlamentares tradicionais, além de canalizar, possibilitam a formação da vontade do eleitorado. As promessas eleitorais não cumpridas podem levar ao rompimento do elo de confiança que havia entre os eleitores e seus partidos. Quase sempre os partidos políticos que assumem o poder têm de recorrer a medidas que neutralizem as expectativas geradas no decurso das campanhas eleitorais. Com a frustração do não cumprimento das promessas, vem a perda de confiança. Ela pode ser canalizada para movimentos sociais organizados externamente ao sistema político-partidário tradicional. À medida em que se verificam disputas polarizadas no sistema democrático de massa, aumentam as exigências ao Estado social. Enquanto os partidos que estão no governo procuram desafogar o Estado de suas responsabilidades, os partidos de oposição, em grande medida, as defenderiam. Em todo caso, quando o governo fracassa e rompe com suas promessas, os movimentos sociais não-parlamentares passam a concorrer com os partidos políticos, agravando a crise ainda mais.

Um dos problemas das teorias liberal-conservadoras da crise consiste em que elas somente propuseram uma solução para a crise ao tentar ajustar as normas de ação dos sujeitos, fazendo-as coincidir com o funcionamento objetivo das regularidades do sistema¹⁸. Por outro lado, o problema das teorias marxistas da crise inverte a questão, procurando fazer com o que o sistema coincida com o plano das orientações normativas dos sujeitos¹⁹. Em ambos os casos não há nenhuma solução positiva para o problema.

O problema da crise da legitimidade do Estado social e de sua própria crise de direção e desempenho não estaria situado nem no plano das orientações normativas e valorativas dos sujeitos, nem tampouco no do funcionamento regular do sistema, mas sim como um problema estrutural comum a todos os sistemas sociais. Todas as sociedades se reproduzem recorrendo a dois mecanismos de integração: o da ação e o do sistema. Nas sociedades capitalistas, o problema parece residir justamente no fato de que essas duas lógicas de integração são mutuamente excludentes e contraditórias. Enquanto a produção capitalista é privatizada é, ao mesmo tempo, socializada ou politizada pelo Estado. O que uma mão tira, a outra dá. A socialização ou mesmo a politização da produção privada por parte do Estado esbarra no poder que o capital tem de se defender da intervenção estatal ao não investir e aqui se coloca mais uma contradição: a mão-de-obra não possui muitos mecanismos de defesa, tais como os do capital. Assim seria preciso que alguém com o saber técnico necessário e que não interfira em excesso, de tempos em tempos dê corda no relógio, acerte-o, conserte-o. (...) O mecanismo só funciona graças à ação daqueles que estão incluídos como força de trabalho "viva", cujas reivindicações normativas e disposições para o trabalho constituem os recursos sem os quais o processo de acumulação se paralisa (OFFE, 1984c, p.255).

Sendo a força de trabalho uma mercadoria fictícia (POLANYI, 1980), assim como seu mercado, é atravessada tanto pelo plano das orientações normativas dos sujeitos – plano da integração da ação – quanto pelo plano do funcionamento objetivo do sistema (integração sistê-

¹⁸ Como se pode observar, aqui as teorias liberais adotam o indivíduo como ponto de partida para explicar o funcionamento do sistema.

¹⁹ As teorias marxistas, por outro lado, adotam como elemento de análise central categorias coletivas ou sistemas sociais na tentativa de explicar os comportamentos dos sujeitos.

mica) (OFFE, 1984c). Uma vez diferenciada e privatizada, a produção (uma parcela do mercado de trabalho) é tornada normativamente neutra frente a uma força de trabalho que depende de um conjunto de orientações ético-morais-culturais que conforma a vontade dos sujeitos. Nesse sentido, o mercado de trabalho assalariado apareceria como a imagem inversa da esfera privatizada da produção: enquanto a parcela privatizada do mercado é regida pelo funcionamento das regularidades objetivas no plano sistêmico (que prescindem de motivos ético-morais), a parcela socializada do mercado de trabalho é guiada pelas orientações normativas ético-morais de seus membros (OFFE, 1984c). O Estado, responsável em grande parte por regular sistema de tempos em tempos, parece não estar mais fazendo isso. E deixa de fazer isso acreditando que assim solucionará o problema simplesmente não intervindo na economia. Em outras palavras, o capitalismo se torna mais desorganizado.

Não seria possível uma solução para a crise da “ingovernabilidade” ao se tentar abstrair do com-texto em que os sujeitos orientam suas ações - a partir de um conjunto de normas morais e culturais e valores éticos - em função do funcionamento objetivo do sistema - da mesma forma que não é possível abstrair do funcionamento do sistema em função das orientações e valores dos sujeitos. É nesse sentido que, para Offe, as sociedades capitalistas são ingovernáveis²⁰, pois elas “não dispõem de mecanismos que permitam estabelecer uma consonância entre as normas e os valores de seus membros e as condições de funcionamento sistêmicas, às quais estão sujeitas. Nesse sentido, são sempre “ingovernáveis” (OFFE, 1984c, p.256).

7 CONCLUSÃO

Nas sociedades capitalistas avançadas, o aumento da produção e a extração da mais-valia no processo de valorização do capital não ocorrem mais somente a partir do interior do processo imediato de produção. A valorização do capital nas sociedades capitalistas altamente desenvolvidas vai se caracterizar, principalmente, a partir da centralidade da mediação de instituições sociais e do sistema político-administrativo externos ao mercado e de suas funções de complementação ao processo produtivo.

Para que o próprio mercado econômico possa se reproduzir, para que força de trabalho, de terra e de dinheiro possam ser trocados ampla e

generalizadamente com base em relações capitalistas, torna-se necessário deixar de fora do mercado uma parte da força de trabalho que não pode ser vendida justamente com base em critérios capitalistas. Em outras palavras, a racionalidade da valorização do capital não é um movimento inexorável e determinístico de todas as relações sociais como assegurava grande parte da teoria marxista. A ela se contrapõe a racionalidade do trabalho em serviços, trabalho concreto ou da produção de valores de uso. Offe irá denominar genericamente as esferas sociais organizadas externamente à forma-mercadoria como formas sociais desmercantilizadas. Ou seja, não estão voltadas diretamente para o processo de valorização do capital ou para a produção de bens, a não ser de forma reflexiva.

O desenvolvimento, a produção e reprodução do capitalismo somente seria possível a partir da desmercantilização de parte da força de trabalho. As esferas sociais onde haveria um maior crescimento da força de trabalho desmercantilizada seriam: A - o trabalho em serviços burocráticos ou de escritório no interior das empresas; B - o trabalho burocrático das instituições sociais mais comumente entendido como serviços estatais, e C - políticas públicas destinadas a recolher administrativamente do mercado determinadas classes de cidadãos como donas de casa, aposentados e estudantes. Essas três formas de desmercantilização ou de recolhimento administrativo da força de trabalho do mercado são estratégias usadas para que o próprio mercado de trabalho possa ser organizado e ter assegurada a sua existência a fim de que o capital possa ser valorizado e acumulado sem colapsos.

No entanto, o desmonte da previdência social coletiva, dos sistemas de seguridade e redistribuição, por meio do alívio das obrigações, exigências e responsabilidades do Estado do bem-estar social previdenciário, e o tratamento segundo o mercado de trabalho nos moldes neoliberais, colocariam em risco justamente o principal resultado dessas políticas construídas a partir da década de 1930 e generalizadas e universalizadas a partir do pós-guerra: a paz social. Foi essa paz social, fruto de acordos e pactos mútuos estabelecidos entre as organizações coletivas como os sindicais dos trabalhadores, Estado e patrões, que possibilitou manter o próprio funcionamento do sistema capitalista e do processo de acumulação do capital ininterruptos durante pelo menos 30 anos, ainda que no final dos anos 1960 a acumulação desse sinais de crise e estagnação.

Contemporaneamente, as receitas preconizadas pelas teorias liberal-conservadoras tentam

²⁰ O grifo é meu.

solucionar o problema da crise do Estado capitalista reduzindo a produção do trabalho estatal sob a forma de trabalho em serviços. O objetivo principal é o de aliviar o Estado de responsabilidades e demandas que o inviabilizariam. Em outras palavras, o Estado capitalista reduz a produção de trabalho em serviços estatais transferindo-a ao universo das relações monetarizadas, selecionadas mediante os filtros do sistema político-administrativo ou, ainda, fazendo com que essas reivindicações sejam neutralizadas em seus locais de origem.

O Estado capitalista empreende o que denomino de um amplo processo de remercantilização de parte da força de trabalho não simplesmente para atender aos interesses dos capitalistas particulares, mas objetivando resguardar para si o poder de controle advindo da legitimidade política, diminuindo o que, aos olhos dos capitalistas individuais, aparece como um confisco parasitário da mais-valia. Contudo, ao desencadear esse processo, o Estado capitalista rompe com a complementaridade funcional que havia entre o sistema político-administrativo e o processo de acumulação capitalista. É bastante provável que o Estado capitalista somente torne ainda mais manifesta a falha estrutural ao reduzir a produção dos serviços cuja complementaridade é fundamental ao processo de acumulação. Em suma, as sociedades capitalistas estariam sujeitas a crises permanentes e insuperáveis.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro: Tempo Universitário, 1984.

OFFE, Claus. Critérios de racionalidade e problema funcionais da ação político-administrativa. In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984a. p. 216-233.

_____. Relações de troca e direção política. A atualidade do problema da legitimação. In: Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984b. p.180-214.

_____. Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. v.1 - a crise. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1991a. (Coleção Biblioteca Tempo Universitário, n.º 89).

_____. Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. v. 2 - perspectivas. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1991b. (Coleção Biblioteca Tempo Universitário, n.º 89).

_____. A ingovernabilidade: sobre o renascimento das teorias conservadoras da crise. In: Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984c. p.236-260.

OFFE, Claus; HEINZE, Rolf G. Beyond Employment: Time, Work and the Informal Economy. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

OFFE, Claus; RONGE, Volker. Teses sobre a fundamentação do conceito de “Estado Capitalista” e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984. p.122-137.

OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a forma de organização. In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984. p.56-118.

POLANYI, Karl. A grande transformação. Rio de Janeiro: , 1980.

PRZEWORSKY, Adam. Estado e Economia no Capitalismo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

ZINGARELLI, Delia. Offe: o Estado no capitalismo maduro. In: DE MASI, Domenico (Org.). A sociedade pós-industrial. 2ª. ed., São Paulo: Senac, 1999. p.299-315.

